

Sem acordo, reforma agrária não é votada

BRASÍLIA — As negociações em torno do Capítulo III — Reforma Agrária e Política Fundiária — ocuparam todo o dia de ontem, sem que os cerca de 40 constituintes que participaram das reuniões conseguissem chegar a um acordo para a votação da matéria. Foi o tema que atraiu o maior número de integrantes de grupos de pressão. Concentrados na ante-sala do Líder do PMDB, Senador Mário Covas, dezenas de representantes dos proprietários de terra e de entidades de trabalhadores rurais tentavam influir nas negociações, interrompidas, no início da noite, devido ao impasse quanto à possibilidade de desapropriar terras produtivas.

Na primeira rodada de reuniões, realizadas de manhã, os líderes conseguiram reduzir de cinco para dois os pontos polêmicos do Capítulo. O PMDB e os partidos de esquerda chegaram a aceitar o texto substitutivo do Centrão para o pagamento em dinheiro das benfeitorias existentes em terras desapropriadas e modificar alguns termos no que se refere à política agrícola. Ainda de manhã, surgiram as primeiras propostas de acordo para função social e desapropriação de terras produtivas, que não evoluíram devido às resistências dos dois grupos.

O Centrão — que conta com apoio da União Democrática Ruralista (UDR), Confederação Nacional da Agricultura (CNA), Sociedade Ruralista Brasileira (SRB) e demais federações de produtores — manteve-se irredutível quanto à proibição de incluir na Constituição o dispositivo que permite a desapropriação de terras produtivas. O PMDB e os partidos de esquerda, que defendem a aprovação do texto da Sistematização, e os trabalhadores rurais, representados pela Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura (Contag) e Comissão Pastoral da Terra (CPT), vinculam a terra produtiva ao cumprimento simultâneo de quatro itens que definem a função social: o aproveitamento racional da terra, a preservação do meio ambiente, o cumprimento da legislação trabalhista e a promoção do bem-estar de proprietários e trabalhadores.

O PMDB apresentou o maior número de alternativas, inclusive uma emenda do Deputado Ronaldo Cezar Coelho (RJ), endossada pelo Ministro da Reforma Agrária, Jader Barbalho, que remedia para a legislação complementar os critérios para a aplicação da simultaneidade. Mas os líderes do Centrão temem que, ao



Lideranças se reúnem para tentar um acordo sobre a questão da terra

estabelecer a obrigatoriedade de que todos os princípios da função social sejam cumpridos simultaneamente, fique inviabilizada a produção agrícola do País. A fórmula apresentada pelo PMDB chegou a ser aceita, mas desde que não afetasse propriedades produtivas.

Às 16h30m, a reunião foi suspensa por meia hora, para que os grupos pudessem discutir, internamente, as propostas apresentadas. Formou-se um enorme tumulto na ante-sala de reuniões do Líder do PMDB. Mais de 100 representantes da UDR, SRB e CNA cercavam os parlamentares para obter informações, discutir os diversos textos propostos e indicar mudanças que consideravam necessárias.

O Presidente Nacional da SRB, Flávio Telles, insistia na tese de que a reforma agrária nem mesmo deveria estar no texto constitucional. Seguindo ele, a Constituição deveria se preocupar em estabelecer uma política fundiária duradoura, remetendo

para as Disposições Transitórias a questão da reforma agrária.

Os representantes dos trabalhadores aproveitaram a interrupção da reunião para elaborar nova proposta — que não foi discutida —, em que aceitavam a desapropriação em terras produtivas, desde que se reincluisse no texto os limites máximo de extensão de propriedade.

As pressões dos grupos de produtores e trabalhadores não se limitaram à sala de reuniões. A UDR manteve cerca de 200 militantes nas galerias do plenário e 500 trabalhadores nos gabinetes, já que a sessão atraiu poucos parlamentares. No final da tarde, os 559 constituintes tinham recebido um telegrama do Bispo D. Orlando Dott (CPT-RS), clamando à aprovação do texto da Sistematização.

No final da tarde, os constituintes já demonstravam desânimo quanto à possibilidade de negociação sobre desapropriação de terras produtivas vinculada à função social.

Propostas em discussão

O PMDB e os partidos de esquerda apresentaram cinco propostas distintas sobre a função social da terra. O Centrão, fez duas contra-propostas. São estas as do PMDB:

1) A função social é cumprida quando a propriedade atende, simultaneamente, aos seguintes requisitos, segundo critérios e graus estabelecidos em lei: a) Aproveitamento racional e adequado; b) Utilização dos recursos naturais sem a degradação do meio ambiente; c) Observância das disposições que regulam as relações do trabalho; d) Exploração que favoreça o bem-estar dos proprietários e trabalhadores rurais;

2) A função social é cumprida quando a propriedade rural atende... (requisitos da primeira proposta), segundo critérios e graus de aplicação simultânea, estabelecidos em lei;

3) A função social é cumprida quando ela atende aos seguintes requisitos (seguem-se os quatro itens da primeira proposta). Parágrafo único: Os requisitos previstos neste artigo serão disciplinados em lei, que estabelecerá prioridades, as graduações e os pesos na aplicação de cada um;

4) A função social é cumprida quando, simultaneamente, o imóvel

rural: (seguem-se os quatro pontos da primeira proposta). Parágrafo Segundo: A lei estabelecerá os critérios referentes: a) Ao cumprimento da função social do imóvel rural; b) Ao tratamento a ser dado às áreas de minifúndio e latifúndio.

5) A função social da propriedade rural é cumprida quando, simultaneamente, de forma gradual, na forma da lei, observar os seguintes requisitos: (itens da primeira proposta).

São as seguintes as contra-propostas do Centrão:

1) A função social da propriedade rural é cumprida quando ela atende, simultaneamente, de modo gradativo, na forma da lei, os seguintes requisitos... 2) A função social da propriedade rural é cumprida quando atende aos seguintes requisitos... Parágrafo Único: O atendimento dos requisitos mencionados neste artigo, e sua simultaneidade serão verificados conforme critérios e graus fixados em Lei complementar.

Para o parágrafo 5º do artigo 216, que define as terras "insuscetíveis de desapropriação", o Centrão propôs:

1) II — As propriedades produtivas de acordo com a lei.

2) As propriedades produtivas, de acordo com a lei, nos termos do artigo 219.

'Terra produtiva é sagrada', diz Caiado

BRASÍLIA — Dirigentes da Frente Ampla da Agropecuária Brasileira, que reúne entidades como UDR (União Democrática Ruralista), Sociedade Rural Brasileira (SRB) e Confederação Nacional da Agricultura (CNA) não precisaram de mais que meia hora para resolver, em reunião na biblioteca da Câmara dos Deputados, que apoiarão o Centrão se o grupo decidir ir para o voto caso os setores de esquerda insistirem em incluir a desapropriação de terras produtivas na nova Carta.

Os constituintes que representam os interesses dos produtores rurais participaram da última rodada de negociação, às 9h30m de hoje, na Liderança do PMDB na Constituinte, sem qualquer dúvida sobre até que ponto podem chegar na tentativa de um acordo com a esquerda.

— A terra produtiva é sagrada — respondeu o Presidente da UDR, Ronaldo Caiado, ao ser perguntado sobre o ponto que gerara o impasse.

Na reunião das entidades, realizada após o término da negociação entre os líderes partidários, ficou estabelecido que o entendimento ainda deve ser tentado, mas a disposição para decidir pelo voto do plenário, sem acordo, já era evidente.

Juros e estatização dos bancos geram polêmica

BRASÍLIA — A estatização dos bancos, proposta pelo Deputado Luis Gushiken (PT-SP), e a fixação dos juros em 12 por cento ao ano, encaminhada por Fernando Gasparian (PMDB-SP), são as únicas questões polêmicas no Capítulo do Sistema Financeiro, o último do Título da Ordem Econômica.

Gasparian, Relator da Subcomissão do Sistema Financeiro, teve sua proposta rejeitada na primeira fase, quando as comissões do Sistema Financeiro e de Sistematização consideraram que o dispositivo engessaria o mercado financeiro, paralisando-o.

O Deputado propõe que qualquer taxa acima do li-

mite de 12 por cento seja considerada crime de usura e punida de acordo com a lei ordinária.

Já o bancário petista Luis Gushiken, que deseja estatizar os bancos, teve sua emenda rejeitada em todas as instâncias da Constituinte.

Outra iniciativa polêmica procura restringir a presença de bancos estrangeiros que operam com a captação de depósitos. Mas seu autor, o Deputado Brandão Monteiro, Líder do PDT, está disposto a retirá-la, desde que ouviu o argumento de que são inúmeros os contratos de intercâmbio entre o Brasil e outros países.

UDR: além de pressão, denúncias

Ao contrário dos outros proprietários de terras que ocupam Brasília, os dirigentes da UDR de Ilhéus, Francisco Lima Filho e Alexandra Garcia, não estão apenas reforçando o contingente de pressão sobre os Constituintes. Assim como já fizeram a todos os Ministros militares e ao da Justiça, vem denunciando operações de guerrilha na região de Canavieiras, na Bahia, organizadas pela Diocese de Itabuna.

— Existe um sistema de guerrilha treinado na Nicarágua. É do pessoal da CUT, CGT e Comissão Pastoral da Terra — garante Alexandra, uma das poucas mulheres dirigentes da UDR. Segundo ela, as ações de guerrilha são invasões de terra, roubo de cacau e assaltos a produtores rurais.

— Existe guerrilha também em Eunápolis — reforça o Presidente da

UDR naquela cidade, Gilson Carlos Lesqueves, um dos 500 dirigentes da entidade na Bahia deslocados para Brasília.

O grosso da tropa da UDR está espalhado por três hotéis. A delegação de Araçatuba lotou um ônibus e veio acompanhar a votação.

— Queremos ver a votação para que a reforma agrária não fique como a turma aí está querendo — disse Durval, Presidente da UDR daquela cidade.

Vasco Giroto, que se deslocou de Caçu, com um ofício da Câmara de Vereadores nomeando-o representante oficial do Município na Constituinte, não sabia até ontem o que fazer pela aprovação do projeto do Centrão.

— É coisa demais para mim — afirmava Vasco, que está hospedado no hotel Aracoara, um dos mais caros de Brasília. Calculados em mais de três mil, os integrantes da

UDR estão sendo financiados basicamente pelas unidades locais da entidade. Muitos têm o apoio de Câmaras de Vereadores e Sindicatos de Produtores Rurais. Vasco Giroto, por exemplo, viajou a Brasília no carro do Sindicato Rural.

Mesmo afirmando que não receberam instruções especiais de Ronaldo Caiado, os integrantes da UDR dizem que o argumento principal para fazer com que os Constituintes não aprovem o projeto da Comissão de Sistematização é a ameaça de não reeleição.

— A maioria dos Constituintes é formada por proprietários rurais. Mas está votando contra os seus próprios interesses. Nós vamos fazer campanha contra todos os que votarem contra nós. Quem votar no projeto da Sistematização não será reeleito jamais — ameaça Gilson Lesqueves, da UDR da Eunápolis.